

RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.461 - PR (2013/0283102-1)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : NEWTON DORNELES SARATT E OUTRO(S) - PR038023A
FERNANDO AUGUSTO OGURA - PR038205
RECORRIDO : MARIA ALBERTINA DA SILVA MARTINS
RECORRIDO : ODALEA CLEA VINAGRE DE ANDRADE
RECORRIDO : MARIA FARIDA OLIVEIRA DE BRITTO
RECORRIDO : LUZIA BOSCO KELLER
RECORRIDO : JOSE GRACIANO BILIA
RECORRIDO : ANESIA GUISSO FERNANDES
RECORRIDO : VALERIA LOPES DE OLIVEIRA MACIEL
ADVOGADOS : DANIELE GEHRMANN NAVA - SC020857
JOSAFAR AUGUSTO DA SILVA GUIMARÃES E OUTRO(S) - PR053195

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da CF, interposto contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (e-STJ fl. 198/199):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - APADECO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - PLURALIDADE DE AUTORES - DOMICÍLIO EM LOCALIDADES DISTINTAS - DECISÃO QUE JULGA IMPROCEDENTE EXCEÇÃO DE COMPETÊNCIA - LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO - APLICAÇÃO ANÁLOGA E INVERSA DA REGRA DE COMPETÊNCIA EXPRESSA NO ARTIGO 94, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA DEMANDA NO FORO DE QUALQUER UM DOS AUTORES - COMPETÊNCIA QUE SE ESTENDE A TODOS OS INTEGRANTES DO LITISCONSÓRCIO - RECURSO DESPROVIDO.

Em se tratando de relação de consumo, de acordo com o estabelecido no artigo 101, I do Código de Defesa do Consumidor, a ação, quando movida pelo consumidor, pode ser proposta no foro do seu domicílio. Assim, havendo um ou mais consumidores domiciliados na comarca onde foi ajuizada a ação, conclui-se, por analogia inversa, à previsão do artigo 94, § 4º, do Código de Processo Civil, que a ação pode ser proposta no domicílio de um deles.

Em suas razões (e-STJ, fls. 209/220), o recorrente aponta dissídio jurisprudencial e violação dos seguintes dispositivos legais:

i) art. 100, IV, "b", do CPC/1973, aduzindo que:

[...] o acórdão proferido merece ser reformado, pois a regra geral da competência territorial, no que pertine às ações pessoais, como a dos autos, é de que o foro competente é o do domicílio do recorrente, a teor do que estatui o art. 100, IV, b, do Código de Processo Civil.

Como exceção a esta regra, prevê o art. 101, I, do Código de Defesa do Consumidor, que na ação de responsabilidade civil do fornecedor de produtos e serviços ação pode ser proposta no domicílio do autor.

Ocorre, Exas, que caso o consumidor renuncie a prerrogativa prevista no Código de Defesa do Consumidor e não ajuíze a ação na comarca de seu domicílio,

Superior Tribunal de Justiça

obrigatoriamente incide a regra prevista no artigo 100, IV, b, do Código de Processo Civil, que assevera ser competente o foro do lugar onde se encontra a agência ou sucursal, quando às obrigações que ela contraiu" (e-STJ, fl. 214/215, sem grifos no original)

ii) art. 94, § 4º, do CPC/1973, alegando que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a aplicação por analogia inversa do § 4º do art. 94 do CPC/1973 é permitida "unicamente nos caso ajuizados contra a União" (e-STJ, fl. 216).

Colaciona julgado do Superior Tribunal de Justiça buscando demonstrar que o foro do lugar onde se acha a agência ou sucursal da pessoa jurídica é o competente quanto às obrigações por ela contraídas.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 237).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil de 1973, motivo por que deve ser exigido o requisito de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

O recurso merece provimento.

O Tribunal de origem manteve a sentença de improcedência da exceção de incompetência sob o fundamento de que dois dos litisconsortes ativos facultativos residiriam ou possuíam caderneta de poupança na Comarca de Londrina e, portanto, caberia à espécie, por analogia inversa, a regra do art. 94, § 4º, do CPC/1973.

Confira-se (e-STJ, fls. 202/204):

Nos termos da Súmula 297 do STJ, ao caso são aplicáveis as normas do Código de Defesa do Consumidor, que prevê, no seu artigo 101, inciso I, que a ação pode ser proposta no domicílio do autor.

Diante dos documentos acostados aos autos, verifica-se que apenas dois dos autores/agravados reside ou possuía caderneta de poupança em agência situada na Comarca de Londrina: Valéria Lopes de Oliveira Maciel e José Graciano Bília. Quanto aos demais autores/agravados, verifica-se que Maria Albertina da Silva Martins e Luzia Bosco Keller residem na Cidade de Joinville-SC; Odalea Cléa Vinagre de Andrade e Maria Farida Oliveira de Britto residem em Belém-PA; e Anésia Guisso Fernandes reside na Cidade de Cornélio Procopio-PR.

Logo, vislumbra-se a renúncia, por parte dos autores, quanto à prerrogativa contida no Código de Defesa do Consumidor, razão pela qual é de se aplicar a regra geral prevista no Código de Processo Civil.

Art. 100: É competente o foro: (...)

IV - do lugar: (...)

b) onde se acha a agência ou sucursal, quanto às obrigações que ela contraiu. (...).

[...]

Em se tratando de relação de consumo, de acordo com o estabelecido no artigo 101, I do

Código de Defesa do Consumidor, a ação, quando movida pelo consumidor, pode ser proposta no foro do seu domicílio. Assim, havendo um ou mais consumidores domiciliados na comarca onde foi ajuizada a ação, conclui-se, por analogia inversa à previsão do artigo 94, § 4º, do Código de Processo Civil, que a ação pode ser proposta no domicílio de um deles.

Dessa forma, dois dos agravados: Valéria Lopes de Oliveira Maciel e José Graciano Bília declaram residir na Cidade de Londrina, cidade na qual possuíam a conta poupança e comarca perante a qual foi ajuizada a ação de cumprimento de sentença. Assim, havendo um dos consumidores domiciliados na Comarca, é neste foro que a ação deverá ser processada com relação a todos os agravados, ainda que os demais estejam domiciliados em comarcas diversas.

Não se desconhece que é facultado ao consumidor a propositura da ação no foro de seu domicílio. Contudo, "prevalece nesta Corte o entendimento de que não cabe ao autor consumidor a escolha aleatória de foro que não seja nem o do seu domicílio, nem o do réu, nem o de eleição e nem o do local de cumprimento da obrigação. Em tais hipótese, como a dos autos, revela-se adequada a declinação, de ofício, para a comarca do domicílio do autor" (AgRg no AREsp 532.899/MG, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 26/8/2014, DJe 2/9/2014).

Assim, caso o consumidor abra mão dessa prerrogativa, incide a regra contida no art. 100, IV, "a" ou "b", do CPC/1973.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. SENTENÇA COLETIVA. PLANOS ECONÔMICOS. AJUIZAMENTO DO CUMPRIMENTO INDIVIDUAL, SEM JUSTIFICATIVA, EM COMARCA QUE NÃO É DOMICÍLIO DO RÉU, FORO CONTRATUAL, LOCAL DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO, DOMICÍLIO DO AUTOR, TAMPOUCO FORO EM QUE PROFERIDA A SENTENÇA NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Consoante entendimento firmado no julgamento do REsp 1.243.887/PR (minha relatoria), submetido ao rito do art. 543-C do CPC, deve-se facultar aos consumidores-poupadores abrangidos pela eficácia subjetiva da ação civil pública a promoção das liquidações, ou execuções individuais, tanto no juízo sentenciante, quanto no juízo da comarca em que possuem domicílio.

2. No caso concreto, o recorrente tem domicílio na Cidade de Salvador, mesmo local em que mantidas as contas poupanças que respaldam sua pretensão executória. Se renuncia ao foro privilegiado de seu domicílio e ao foro em que proferida a sentença genérica na ação civil pública n. 1998.01.1.016798-9, a faculdade que a legislação autoriza é de escolher o foro onde se acha a agência ou sucursal onde delinearam-se os fatos que geraram o litígio (art. 100, IV, "a" e "b", do CPC), que no caso se confunde com o foro do seu domicílio.

3. No litisconsórcio ativo facultativo simples, várias pessoas podem mover ação no mesmo processo, mas cada litisconsorte é independente e autônomo. Os atos praticados por uns não atingem os demais.

4. "Não se admite, todavia, sem justificativa plausível, a escolha aleatória de foro que não seja nem o do domicílio do consumidor, nem o do réu, nem o de eleição e nem o do local de cumprimento da obrigação" (EDcl no AgRg nos EDcl no CC 116009/PB, Rel. p/ Acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe 20/04/2012) 5.

Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa.

(EDcl no REsp 1430234/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 5/6/2014, DJe 13/6/2014.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA RECURSAL DO AGRAVANTE.

1. Admissível o agravo, apesar de não infirmar a totalidade da decisão embargada, pois a jurisprudência do STJ é assente no sentido de que a impugnação de capítulos autônomos da decisão recorrida apenas induz a preclusão das matérias não impugnadas.

2. "A competência territorial, em se tratando de relação consumerista, é absoluta. Se a autoria do feito pertence ao consumidor, cabe a ele ajuizar a demanda no local em que melhor possa deduzir sua defesa, escolhendo entre seu foro de domicílio, no de domicílio do réu, no do local de cumprimento da obrigação, ou no foro de eleição contratual, caso exista. Inadmissível, todavia, a escolha aleatória de foro sem justificativa plausível e pormenorizadamente demonstrada. Precedentes". (AgRg no AREsp 391.555/MS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 14/4/2015, DJe 20/4/2015).

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 967.020/MG, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 2/8/2018, DJe 20/8/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. COMPETÊNCIA. CONSUMIDOR AUTOR. ESCOLHA ALEATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor em juízo possibilita que este proponha ação em seu próprio domicílio, no entanto, não se admite que o consumidor escolha, aleatoriamente, um local diverso de seu domicílio ou do domicílio do réu para o ajuizamento do processo.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1405143/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/3/2014, DJe 27/3/2014.)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para, reformando o acórdão recorrido, tornar sem efeito a decisão que julgou improcedente a exceção de incompetência e, em consequência, fixar como competente para o processamento e julgamento do feito o foro onde se acha a agência ou sucursal onde se deram os fatos que geraram o litígio, somente com relação aos autores que renunciaram ao foro privilegiado de seu domicílio.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA

Relator